

Fiscos

Congresso reforça importância do Pacto de Brasília

Durante o Consat 2025, Gilberto Pereira destacou as conquistas do Pacto de Brasília, trabalho conjunto realizado pelas entidades do Fisco em busca do fortalecimento da administração tributária.

•pág 03

Institucional

Conselho Fiscal ressalta compromisso com transparência

Pela primeira vez, a sessão de recebimento e julgamento das propostas de empresas de auditoria externa responsável por analisar as contas e a contabilidade de 2024 foi transmitida ao vivo pela internet.

•pág 04

Imposto de Renda

Receita Federal publica normas para apresentação do IRPF 2025

O prazo de entrega da declaração começa em 17 de março e termina em 30 de maio. A declaração pré-preenchida só poderá ser acessada a partir do dia 1º de abril. O Fisco espera receber 46,2 milhões de declarações.

•pág 06

Servidores públicos e parlamentares lotam Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, para debater impactos da extinção do RJU

•pág 02



Seminário debate fim do Regime Jurídico Único

O presidente Miguel Arcanjo Simas Nôvo e o vice-presidente Executivo, Gilberto Pereira, marcaram presença no seminário “Fim do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos”, realizado em 11 de março, no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados. Também esteve presente o Auditor Fiscal Vanderley Maçaneiro, presidente da Fundação ANFIP de Estudos Tributários e da Seguridade Social.

O evento, promovido pela Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público, reuniu especialistas, parlamentares e entidades para debater os impactos da possível extinção do RJU, tema em discussão no Supremo Tribunal Federal (STF) devido à análise da Emenda Constitucional 19/1998 e da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 2135.

A primeira palestra, ministrada pelo advogado Luís Fernando Silva, contextualizou a criação do Regime Jurídico Único pela Lei 8.112/1990, que unificou os direitos dos servidores públicos federais, garantindo estabilidade, isonomia e segurança jurídica. “Ainda que seja um momento tão difícil de enfrentamento dessa situação, parece que é fundamental a iniciativa da Frente Parlamentar de envolver o movimento sindical de funcionalismo como um todo, para que possamos estabelecer

estratégias e espaços de luta para tentar reverter essa situação”, disse o advogado.

Silva esclareceu que, antes do RJU, a coexistência de regimes estatutários e celetistas gerava desigualdades e dificuldades administrativas. O palestrante ainda alertou para os riscos de retrocesso com a possível fragmentação do regime atual.

Em seguida, José Celso Cardoso Júnior, secretário de Gestão de Pessoas do Ministério da Gestão e Inovação, abordou a relação entre a estrutura do serviço público e o desenvolvimento nacional. Defendeu que um regime unificado é essencial para um Estado eficiente, capaz de implementar políticas públicas de longo prazo.

“Essa pluralidade de regimes, em cada nível federativo, inclusive em cada esfera de poder, pode gerar uma situação de muita fragmentação, heterogeneidade e desigualdade no interior do setor público, em termos das formas de contratação, remuneração, representação sindical e, inclusive, em termos da proteção laboral e social desses trabalhadores. Então, se abre, de fato, um leque de imensa fragilização da construção de uma burocracia profissional única e uniforme no país”, afirmou Cardoso.

Segundo o secretário, o ponto de vista da Secretaria de Gestão de Pessoas, e do próprio MGI, é de que o RJU é um elemento estruturador da

forma pela qual o Estado brasileiro vem se organizando juridicamente e funcionando administrativamente desde a Constituição de 1988. Ele ressaltou, ainda, a necessidade de modernização sem romper com princípios constitucionais, como a exigência de concurso público, nem ocasionar um desmonte do serviço público.

Mariel Angeli Lopes, supervisora do Escritório Regional do Distrito Federal do Dieese, trouxe uma análise sobre “A quem serve o Estado brasileiro” e os desafios contemporâneos do serviço público. Debateu o RJU e como essas regras atuam na proteção dos servidores e como garantia dos serviços para a população, em referência à estabilidade que assegura independência técnica aos trabalhadores. “O serviço público de qualidade, que tem estabilidade, e que está no Regime Jurídico Único, se tirar isso, haverá um retrocesso de mais de 30 anos, que é o período que está na Constituição Federal de 88”, alertou.

Durante o debate, vários parlamentares compareceram ao evento e se pronunciaram em defesa dos servidores e do RJU. Os trabalhos foram conduzidos pela deputada e coordenadora da Frente Parlamentar, Alice Portual (PCdoB/BA), em conjunto com o deputado Rogério Correia (PT/MG).

Todas as palestras e o debate completo estão disponíveis no Youtube, no canal da TV Câmara. Assista [aqui](#).

Expediente

LINHA DIRETA é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.
Sede: SBN Qd. 01 BL H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907
Telefone: (61) 3251 8100
Whatsapp: (61) 98289 5150

Envie seus comentários sobre o LINHA DIRETA para o email: comunicacao@anfip.org.br

DIRETORA RESPONSÁVEL
Marluce do Socorro da Silva Soares

Editora
Ludmila Machado

REPORTAGEM
Daiana Lima e Ludmila Machado

Edição eletrônica
Allan Vitalino e Gilmar Vitalino



Determinação e trabalho

www.instagram.com/anfipnacional

www.facebook.com/anfip.nacional

www.twitter.com/anfipnacional

www.youtube.com/anfipoficial

Consat 2025: ANFIP Nacional reforça a importância do Pacto de Brasília na defesa dos Fiscos

O vice-presidente Executivo da ANFIP Nacional, Gilberto Pereira, destacou, dia 13 de março, durante o Congresso Brasileiro da Administração Tributária (Consat 2025), as conquistas do Pacto de Brasília decorrentes do trabalho conjunto realizado pelas entidades do Fisco em busca do fortalecimento da administração tributária. O Consat foi promovido, em Brasília, pela Federação Brasileira de Sindicatos das Carreiras da Administração Tributária da União, dos Estados e do Distrito Federal (Febrafisco).

Gilberto Pereira reforçou que a união das entidades das esferas federal, estadual e municipal foi o aspecto mais marcante no trabalho realizado pelo Pacto de Brasília, especialmente no debate da reforma tributária, que ameaçou a autonomia dos Fiscos. “Isso que nos uniu. Para termos as nossas competências e fazermos o nosso papel de levantar recursos para as políticas públicas. É o tributo que financia o Estado”, reforçou.

Renúncias fiscais – O vice-presidente criticou a falta de monitoramento das renúncias fiscais, um dos principais mecanismos do governo que retira recursos da sociedade em benefício de segmentos empresariais. “Não somos contra as renúncias, mas não tem hoje monitoramento daquilo que está dando retorno para a própria União”, frisou. Só de renúncias os valores chegam a R\$ 543 bilhões, que se somam aos R\$ 1,07 trilhão de refinanciamento da dívida e aos R\$ 721 bilhões de pagamento de juros. “Se retiram recursos de políticas públicas e jogam para o mercado financeiro”, lamentou.

Gilberto Pereira falou ainda da reforma tributária e da



defesa da ANFIP pela manutenção da Seguridade Social, ameaçada pela criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que uniu PIS e Cofins, hoje destinadas ao financiamento da Seguridade. “Estamos de olho para ver se os recursos irão para a Seguridade, que, afirmo, não tem déficit. O que causa o déficit são as renúncias feitas em cima da desoneração da folha”, afirmou.

Conquistas – O dirigente falou sobre os avanços tecnológicos que beneficiam a relação entre contribuinte e Fisco, como a nota eletrônica, que permite o acompanhamento da arrecadação pelas Fazendas Públicas. Abordou o *cashback*, que volta parte do tributo para os mais necessitados, e da importância de a reforma tributária prever a taxação das grandes fortunas. “Se todo mundo pagar tributo, todo mundo paga um pouco”, finalizou.

Participaram ainda da mesa o presidente da Fenafisco, Francelino Valença, e o presidente e o vice-presidente da Febrafisco, Marcos Sérgio Ferreira Neto e Geraldo Seixas, respectivamente.

Live na TV ANFIP comemora o mês da mulher

Abrindo a programação de lives comemorativas, foi realizada em 12 de março, ao vivo na TV ANFIP, uma linda homenagem a todas as mulheres anfipianas. A transmissão contou com a participação do presidente Miguel Arcanjo Simas Nôvo e da vice-presidente de Relações Públicas, Rita de Cássia Cavalcanti Couto, integrante da Comissão Organizadora.

O programa teve ainda mensagens especiais da presidente da ANFIP Ceará, Maria Aparecida Andrade Maia, e da vice-presidente da Estadual, Ercília Leitão Bernardo. A doutora em educação Dalvaneide Araújo falou sobre equilibrar sonhos, desafios e conquistas; e a advogada Nayane Ramalho abordou o direito das

mulheres. A live contou com as participações musicais de Paulo Emílio Catão, um talento da família ANFIP, e de Gianne Caputo.

Também foram realizados sorteios de brindes, tendo como ganhadoras as associadas: Silvia Bonfim Vieira (adega), Gladis Erica Richter (tablet), Eva Jossara Klein (notebook), Maria Zélia Araújo de Oliveira (smartphone), Marilza Aparecida Turcheti de Melo (TV) e Aldízia Amaral Valente (TV).

A ANFIP Nacional deseja que todas as mulheres expandam sua força e vitalidade, que ocupem espaços e se mantenham ativas, incentivando e transformando a vida em sociedade. Parabéns, mulheres!

Conselho Fiscal ressalta compromisso com transparência e responsabilidade

Em um momento considerado histórico para a ANFIP Nacional, o Conselho Fiscal conduziu, na última semana, a escolha da empresa de auditoria externa responsável por analisar as contas e a contabilidade referentes ao exercício de 2024. Pela primeira vez, a sessão de recebimento e julgamento das propostas foi transmitida ao vivo pela internet, permitindo que associados acompanhassem em tempo real um processo marcado por transparência e responsabilidade.

A coordenadora do Conselho Fiscal, Jamile Jabra Malke, destacou o caráter inédito da transmissão: “Este é o primeiro ano em que realizamos a abertura das propostas de forma pública, dando ciência a todos os nossos associados, aos Conselhos de Representantes e à Fundação ANFIP aqui presente. É um momento muito importante para a história da ANFIP Nacional, reforçando nosso compromisso com a lisura e a credibilidade”. A iniciativa, conforme explicou, consta no Estatuto Social da Entidade, que prevê a publicação anual de edital para seleção de auditoria independente. “Fazemos a licitação para que ocorra uma auditoria nas contas, nas demonstrações financeiras da ANFIP Nacional, para que seja um processo realmente de transparência e de responsabilidade”, reforçou Jamile Malke.

Gilberto Pereira, vice-presidente Executivo, que participou presencialmente, enfatizou a relevância do processo: “Este é um processo que garante a análise das contas de 2024. É um trabalho muito



importante da ANFIP para manter a excelência na gestão dos recursos de nossos associados. Tratamos esses recursos com grande respeito e o Conselho Fiscal está à altura dessa responsabilidade, são pessoas capazes e preocupadas com a lisura, transparência e clareza do que acontece na gestão dos recursos”.

O relator do Conselho Fiscal, José Arinaldo Gonçalves Ferreira, reforçou o aspecto colaborativo: “O processo foi concluído da melhor maneira possível. Agradeço o apoio dos funcionários da ANFIP presentes e informo que este evento foi aberto a todos os associados, reforçando nossa política de transparência”.

Já o conselheiro José Amilton Vieira Freire destacou a missão institucional: “Cumprimos, estatutariamente, uma missão muito importante, o dever de assegurar clareza aos associados, mostrando que integram uma Entidade que preza pela transparência em todas as suas atitudes e ações. Este trabalho é de extrema importância”.

Sobre o processo de escolha das empresas candidatas, Jamile Jabra Malke ressaltou os critérios rigorosos adotados: “Nosso objetivo foi realizar uma escolha criteriosa, baseada na experiência, idoneidade e capacidade técnica

das empresas, aliadas ao menor custo-benefício. Este processo foi conduzido com responsabilidade e imparcialidade, observando os princípios da legalidade, impessoalidade e isonomia”.

Após a transmissão ao vivo, os envelopes lacrados — guardados previamente no cofre do setor financeiro — foram analisados presencialmente pelo Conselho Fiscal, com sigilo absoluto dos dados. A sessão foi encerrada com agradecimentos aos participantes e o início dos trabalhos de avaliação interna.

Para a ANFIP Nacional, o evento simbolizou não apenas o cumprimento de obrigações estatutárias, mas a consolidação de uma cultura organizacional pautada pela transparência e responsabilidade, valores que, segundo Jamile Malke, “garantem que nossas demonstrações financeiras sejam analisadas com rigor, fortalecendo a confiança de todos os associados”.

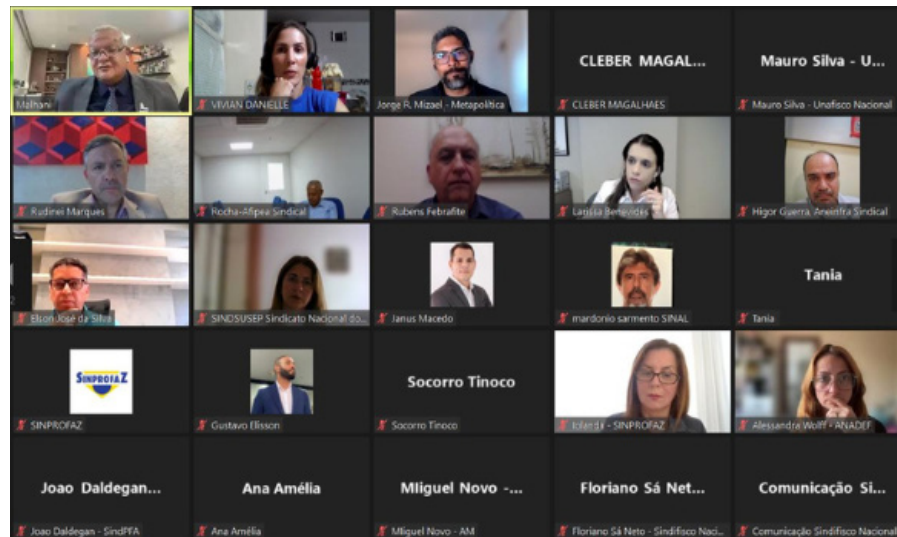
O processo, celebrado como um avanço democrático, reforça o legado da Associação em alinhar tradição à inovação, provando que a transparência é o alicerce de uma gestão responsável e respeitável. [\(Relembre o anúncio da vencedora da licitação\)](#)

Em assembleia, entidades do Fonacate debatem reajuste de servidores

Na primeira Assembleia Geral de 2025 do Fórum das Carreiras de Estado (Fonacate), realizada virtualmente dia 11 de março, as entidades afiliadas, entre elas a ANFIP Nacional, representada pelo presidente Miguel Arcanjo Simas Nôvo, debateram temas como a regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o reajuste dos servidores federais, o projeto de lei dos supersalários, a reabertura da migração para o Regime de Previdência Complementar e outros.

Nos informes iniciais, o presidente do Fonacate, Rudinei Marques, disse que o reajuste dos servidores do Poder Executivo federal, conforme Medida Provisória nº 1.286, deve ser pago no mês de maio, pois a Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso Nacional anunciou que votará o Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025 somente no dia 19 de março.

De acordo com Marques, mesmo após a aprovação pelo Congresso, ainda há etapas a serem cumpridas. Primeiro, os Ministérios do Planejamento e Orçamento (MPO) e da Fazenda (MF) precisam analisar o texto, do ponto de vista orçamentário e fiscal, antes da sanção. Ao mesmo tempo, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) deve implementar as devidas alterações. Esse processo inviabiliza o pagamento na folha de março, que é depositada no início de abril, adiando a



efetivação para o início de maio, na folha de abril.

Outro comunicado foi sobre a Convenção 151 da OIT, que deve ser regulamentada pelo governo federal em breve, e vai estabelecer regras para o direito de greve, negociação coletiva, atividade sindical e data base dos servidores públicos.

“O secretário de relações do Trabalho do MGI, José Lopez Feijóo, nos prometeu que, tão logo seja analisado pela Casa Civil, reunirá a Mesa Nacional de Negociação Permanente para apresentar o texto, que foi elaborado por um GT no âmbito do Ministério do Trabalho”, explicou Rudinei Marques.

O projeto de lei dos supersalários (PL 2721/2021) também esteve na pauta. A proposta define quais verbas de caráter indenizatório ficam fora do cálculo do teto remuneratório. O PL 2721 aguarda parecer do relator na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, senador Eduardo Gomes (PL/TO). A posição aprovada pelo

Fórum é a de apoio à votação do projeto em Plenário, com ajustes redacionais.

Durante a Assembleia, as afiliadas parabenizaram as entidades do Fisco nacional que lutaram firmemente contra medida, que estava sendo estudada como parte da proposta de Reforma da Renda, a ser enviada ao Congresso, que estabelecia teto para isenção de Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) para pessoas com doenças graves.

As afiliadas deliberaram ainda fazer uma enquete com os respectivos associados para levantar quantidade de interessados em migrar para o Regime de Previdência Complementar, em uma eventual reabertura de prazo pelo governo.

Por fim, o Conselho Deliberativo do Fonacate aprovou mudanças no Estatuto, que incluem a criação de duas novas vice-presidências no Fórum, a de Assuntos Previdenciários e outra de Estudos Técnicos em Administração Pública.

Com informações do Fonacate.

Ação Fiscal

Receita Federal publica normas para apresentação do IRPF 2025

O Diário Oficial do dia 13 de março publicou a Instrução Normativa nº 2.255/25 com as normas e procedimentos para a apresentação da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF) referente ao exercício de 2025, ano-calendário de 2024, pela pessoa física residente no Brasil.

O prazo de entrega da declaração começa em 17 de março e termina em 30 de maio. A declaração pré-preenchida só poderá ser acessada a partir do dia 1º de abril. O Fisco espera receber 46,2 milhões de declarações, quase 3 milhões a mais que as declarações entregues em 2024.

Limites - Ficam obrigadas a declarar as pessoas físicas que receberam rendimentos tributáveis acima de R\$ 33.888,00 (antes R\$ 30.639,90, nas regras do ano passado), assim como aquelas que obtiveram receita bruta da atividade rural acima de R\$ 169.440,00 (antes, R\$ 153.199,50).

No que diz respeito às novas obrigações relacionadas a ativos no exterior, terá de prestar contas ao Fisco quem optou por declarar bens e direitos de entidade controlada no exterior pelo Regime de Transparência Fiscal (quem auferiu rendimentos no exterior de aplicações financeiras e de lucros e dividendos). A exigência será aplicada a quem detinha, em 31 de dezembro de 2024, trusts ou contratos similares regidos por lei estrangeira.

Quem optou por atualizar o valor dos imóveis já declarados a valor de mercado e tributou a diferença pelo imposto definitivo de 4%, conforme a Lei nº 14.973/2024, também estará

obrigado a apresentar a DIRPF. A RFB manteve as demais obrigações, na comparação com as regras aplicadas no ano passado.

Tecnologia - A declaração poderá ser feita por meio do tradicional Programa Gerador da Declaração (PGD) para computador, disponível no site da Receita Federal, ou pelo sistema “Meu Imposto de Renda”, nova solução online para celulares e tablets, com acesso a partir do dia 1º de abril próximo.

Mudanças - A Receita anunciou também algumas mudanças no IRPF 2025 adotadas para facilitar o preenchimento e entrega da declaração. Houve exclusão dos campos título de eleitor, consulado/embaixada (quando residente no exterior), além do número do recibo da declaração anterior – no caso de declaração online. Também foram promovidas mudanças na ficha de bens e direitos, incluindo a criação de seis novos códigos para bens; assim como 13 bens tiveram o nome ajustado, para facilitar o entendimento.

A RFB tem expectativa de alcançar, este ano, 57% das declarações por meio do sistema pré-preenchido (ante 41,2%, no ano passado).

Restituições - Nas liberações de restituições, após as prioridades previstas em lei (idosos, pessoas com deficiência), quem fizer a declaração pré-preenchida e optar pelo recebimento da restituição via Pix deve receber mais rapidamente. Dentro de cada grupo, a regra geral é a de que aqueles que enviam a declaração mais cedo recebem a restituição primeiro. Consultas à restituição devem ser feitas

na página da Receita Federal na internet ou no aplicativo da RFB para dispositivos móveis.

Confira a ordem de prioridades nas restituições:

- 1º) Idade igual ou superior a 80 anos
- 2º) Idade igual ou superior a 60 anos, deficientes e portadores de moléstia grave
- 3º) Pessoa que tenha maior fonte de renda vinda do magistério
- 4º) Quem utilizou a declaração pré-preenchida e optou pela restituição no Pix
- 5º) Quem utilizou a declaração pré-preenchida ou optou pela restituição no Pix
- 6º) Demais contribuintes

Para quem tiver imposto a pagar, o vencimento da primeira cota (ou cota única) será em 30 de maio. Eventuais demais cotas vencerão no último dia útil de cada mês subsequente, até a oitava cota, em 30 de dezembro.

Destinação - No caso de contribuintes que desejarem participar do sistema de destinação do Imposto de Renda (quando o cidadão destina parte de seu imposto aos fundos tutelares da criança, dos adolescentes e da pessoa idosa), o vencimento do Darf [Documento de Arrecadação de Receitas Federais] dessa operação será em 30 de maio.

“Importante destacar que a destinação, a campanha do Cidadão Solidário, não significa nem pagamento a mais de tributo, nem a diminuição da restituição. É a garantia que parte do dinheiro dos impostos seja utilizada de maneira mais transparente e com impacto social direto”, destacou o subsecretário de Gestão Corporativa da RFB.

Com informações da Receita Federal.

Estadual

ANFIP discute reivindicações da carreira com governador de Roraima

Representante da ANFIP Nacional em Roraima, André Luiz Spagnuolo Andrade, junto ao delegado da Receita Federal do Brasil no estado, Roberto Paulo Santos (associado da ANFIP); e ao presidente da Delegacia Sindical (DS/RR), Omar de Souza Rubim Filho, participou no dia 11 de março de reunião com o governador Antônio Denarium, no Palácio do Governo, em Boa Vista (RR).

Na pauta do encontro, a campanha salarial da carreira e as paralisações nas unidades aduaneiras. Os Auditores Fiscais solicitaram apoio do governador para as reivindicações e sua interlocução direta com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para acelerar as negociações com o governo federal.



Antônio Denarium manifestou sua preocupação com os impactos da greve para o estado e comprometeu-se a articular com a União para reforçar a necessidade de diálogo com os servidores públicos e, consequentemente, o fim da greve.

Também participaram da

reunião os Auditores Fiscais Marcus Dantas, coordenador do Comando Nacional de Mobilização (CNM) do Sindifisco Nacional; Roberto Bueno, da Mesa Diretora do Conselho de Delegados Sindicais (CDS); e Pêrsio Romel, presidente da Delegacia Sindical de Poços de Caldas.

Benefícios e Convênios

Bônus da Chevrolet para o mês de março já está disponível

A nova tabela de descontos do programa Amigos Chevrolet, parceiro da ANFIP, já está disponível para os associados. Por meio do convênio, é possível ter desconto de até R\$ 12 mil nos modelos selecionados da campanha.

As vantagens são válidas até dia 31 e extensível aos parentes de 1º grau (pais, filhos e cônjuge).

Em caso de dúvidas, entre em contato pelo e-mail chevrolet@arcww.com.br ou ramais de atendimento (11) 4550-4179 e (11) 4550-4178.

Confira os modelos e descontos disponíveis na tabela:

PROGRAMA AMIGOS CHEVROLET		DESCONTOS DE ATÉ R\$ 12.000,00	
		EM VEÍCULOS CHEVROLET	
MODELO	BÔNUS VIGENTE (R\$)	MODELO	BÔNUS VIGENTE (R\$)
CAMARO MY 22, 23 e 24	6.000,00	S10 MY 23 e 24	12.000,00
EQUINOX MY 22, 23 e 24	10.000,00	S10 MY 25	6.000,00
EQUINOX MY 25	4.000,00	SILVERADO MY 24	12.000,00
NOVA MONTANA MY 23, 24 e 25	2.800,00	SPIN MY 25	2.800,00
NOVO TRACKER MY 23, 24 e 25	2.800,00	SPIN (EXCETO R72) MY 23 e 24	10.000,00
ONIX MY 23, 24 e 25	2.000,00	TRAILBLAZER MY 22, 23 e 24	12.000,00
ONIX PLUS MY 23, 24 e 25	2.000,00	TRAILBLAZER MY 25	6.000,00



Juntos na direção

WWW.AMIGOSCHEVROLET.COM.BR



**COM A ANFIP
VOCÊ VAI + LONGE**

**INSCRIÇÕES ATÉ DIA 14
DE NOVEMBRO DE 2025.**

Fale com a ANFIP

GERAL

(61) 3251-8100 (ligação e whatsapp)
0800 701 6167 (somente telefones fixos
ou públicos)

E-mail: ouvidoria@anfip.org.br

APOSENTADORIAS E PENSÕES

3004-1200 (custo de ligação local)
E-mail: aposentadoriasepensoes@anfip.org.br

CADASTRO

E-mail: cadastro@anfip.org.br

COMUNICAÇÃO SOCIAL

E-mail: comunicacao@anfip.org.br

JURÍDICO

3004-9197 (custo de ligação local -
atendimento das 14h às 18h)
(61) 3251-8121 / 8123 / 8126

E-mail: juridico@anfip.org.br

PRESIDÊNCIA

E-mail: presidencia@anfip.org.br

SECRETARIA

E-mail: secretaria@anfip.org.br

SERVIÇOS ASSISTENCIAIS

3004-9196 (custo de ligação local)
E-mail: assistenciais@anfip.org.br
MarktClub: 0800 932 0000 – Ramal: 4199
Allcare: Whatsapp (11) 3003-5200 /
SAC 0800 941 4962 (atendimento das
8h às 20h, de segunda a sábado, exceto
feriados)
Geap: 0800 728 8300

